

Realidade do passado histórico e a narração em História: encontros e divergências entre Hayden White e Paul Ricoeur

*(The Reality of Historical Past and Narration in History:
Convergences and Divergences Between Hayden White and
Paul Ricoeur)*

**Hayane Inez da Rocha Ribas
Cláudio Reichert do Nascimento**

Abstract

The present article is to treat the reality of the historical past in front the uses of narration in history. For this we will use the theories of Paul Ricoeur and Hayden White, observing the importance of the narrative to the authors, the reciprocal reading between them and, finally, how the writing of history and the historical past are constituted. Fiction is important to discuss the construction of the discourse on the past. In the case of Ricoeur, it is part of the construction of the intrigue, already in White, the language figures reveal themselves to be important for the discourse in history. To present the modulations about the historical past and the historical narrative, we employ the theoretical literature that addresses the issue, with emphasis on the publications in the Portuguese language.

Keywords: Hayden White, Paul Ricoeur, Historical Past, Narrative

Resumo

O presente artigo pretende tratar da realidade do passado histórico frente aos usos da narração em história. Para isso utilizamos as teorias de Paul Ricoeur e Hayden White, observando a importância da narrativa para os autores, a leitura recíproca entre eles e, por fim, como a escrita da história e o passado histórico são constituídos. A ficção é importante para se discutir a construção do discurso sobre o passado. No caso de Ricoeur, ela faz parte da construção da intriga, já em White, as figuras de linguagem se revelam importantes para o discurso em história. Para apresentar as modulações sobre o passado histórico e a narrativa histórica, empregamos a literatura teórica que aborda a questão, com destaque para as publicações em língua portuguesa.

Palavras-chave: Hayden White, Paul Ricoeur, Passado histórico, Narrativa

1. Introdução

As discussões teóricas, propostas por Hayden White (1928-2018) e por Paul Ricoeur (1913-2005), tratam da realidade do passado histórico e a narração em história, ocorrendo que à época a discussão historiográfica estava alicerçada na tradição francesa dos *Annales* e a função da narrativa na história era alvo de controvérsias (Stone, 1979; Furet, 1986; Marcelino, 2012). No caso de White, as modalizações sobre a composição da trama narrativa, isto é, os aspectos retóricos, estarão postos de imediato, diferentemente de Ricoeur, que somente mais tarde trataria dessa questão. Para expor as nuances entre os autores, acerca do passado histórico e da narrativa histórica, servimo-nos da literatura teórica sobre essa questão, privilegiando, a bibliografia em língua portuguesa.

Em termos gerais, os autores defendem uma concepção da história que considera o caráter epistemológico da narração,

entendendo-a como um universal humano. Para Ricoeur, a narração é uma necessidade humana que se expressa no ato de refletir sobre a ação do homem no tempo e a sua historicidade. A narração dá sentido à experiência temporal humana, convertendo o tempo cosmológico e o tempo da consciência em tempo humano. Nesse sentido, a trama utilizada pelo historiador é uma ferramenta cognitiva, porque permite que a ação humana seja explicada, tornando-se coerente e plausível, porque propicia compreender o sentido das ações humanas.

Ricoeur utiliza-se de Santo Agostinho e de Aristóteles para fundar sua teoria da tríplice mimesis, está última é a base de sua teoria da poética da narratividade e possibilita pensar a narrativa em história¹. Para Ricoeur, as ações humanas são prefiguradas por um mundo simbólico, mas elas só possuem organização e sentido na medida em que a narrativa organiza suas ações por meio da trama. Para ele, a ação faz parte de uma estrutura pré-narrativa (Mimesis I), que necessita ser configurada pela trama narrativa (Mimesis II). A chamada Mimesis III dar-se-ia na relação entre a experiência do leitor e o texto narrativo, como um modo de refiguração da realidade. Caberia ao conhecimento histórico reconstruir os acontecimentos ao representá-los através do passado histórico. Essa estrutura narrativa pertence aos textos e não está na ação, possuindo um caráter heurístico para a compreensão da ação.

Ricoeur busca caracterizar a narração como meta-gênero, ao considerar que o campo narrativo, de modo geral, tem a função de organizar os acontecimentos, as ações, em uma história que é narrada. A noção de meta-gênero narrativo guarda em si a ideia de uma historicidade própria, resultante de um princípio formal, que tem sua raiz no *mythos* de Aristóteles. O aspecto crucial de tal princípio é a

¹ Assim como possibilitará entender a narrativa de ficção e como diferenciar ambas as narrativas, tanto a histórica, quanto a de ficção.

unicidade e completude, que sustentam a função narrativa. O caráter ordenador e configurante do *mythos* são basilares para a compreensão no âmbito da narrativa e a inteligibilidade intrínseca à narração (Pereira, 1993; Nascimento, 2018).

A teoria de Hayden White, por sua vez, trata sobre a narrativa em história e os tropos. White utiliza elementos da literatura para construir sua teoria tropológica, a qual se configura em sua teoria narrativa, que irá determinar como a história deve ser escrita e como o historiador lida com seus objetos. De modo geral, White assume que a narrativa se manifesta entre a experiência que temos do mundo e os esforços que empreendemos para descrever tal experiência.

Podemos afirmar que White e Ricoeur estão de acordo que a narração depende do momento de emissão, do narrador, pois suas estruturas são auto referenciais e expressam o contexto social e cultural do narrador. O historiador seria sujeito e objeto no estudo histórico, pois ele está subordinado ao seu presente, mas é ele quem constrói o discurso histórico (Ricoeur, 1981: 157). Assim, ambos concordam que a trama é uma construção imaginativa e, ainda que discordem quanto ao caráter ficcional da história ou mesmo no que se refere aos processos de investigação e escrita dela, reconhecem o elemento imaginativo da história, que está ancorado no presente do historiador, visto que esse elemento é o que dá coerência e o que articula a narrativa histórica. No âmbito da estrutura da narrativa, a narrativa de ficção/literária e a narrativa histórica pertencem à mesma categoria, no entanto Ricoeur insistirá no caráter da construção da verdade do discurso histórico. De acordo com Sheinbaum (Sheinbaum, 2015: 29), para os autores, "a intriga é criada por um narrador e se narra sempre desde um presente que está condicionado por situações culturais, sociais, políticas etc.". Assim, se considera que a intriga é a ferramenta que torna compreensível uma história, ela é o caráter explicativo da narrativa.

2. White e Ricoeur: uma leitura recíproca

As menções recíprocas mostram que houve um diálogo fecundo entre os dois. Ricoeur conhecia o pensamento de White e reconhecia o valor de suas teses, mas contestava as suas posições relativistas, pois considerava que elas colocariam em risco a fronteira que existe entre história e ficção. Por sua vez, White conhecia as obras de Ricoeur e considerava *Temps et récit* (1983) “a mais importante síntese de teoria literária e histórica produzida neste século” (White, 1990: 170).

Ricoeur afirma que a *Meta-história*, de White, foi a primeira obra a atribuir os processos de composição da intriga, que ele denomina *mímesis* II, a uma estrutura narrativa no campo da historiografia. White, diz Ricoeur, “explicita as pressuposições de suas análises de grandes textos históricos e define o universo de discurso em que essas pressuposições encontram lugar” (Ricoeur, 1983: 286). Ainda segundo o filósofo, White se posiciona contrário à problemática da objetividade epistemológica em História, reorganizando a relação entre história e ficção, colocando as duas como pertencentes a mesma classe ao se referir à estrutura narrativa. Desta forma, White aproximou história e literatura, considerando que as narrativas históricas são *ficções verbais*, que se aproximariam mais da literatura por sua forma e conteúdo. Para Ricoeur, a teoria do *estilo* historiográfico de White, permite considerar que a composição da intriga é “a operação que *dinamiza* todos os níveis da articulação narrativa. A composição da intriga é muito mais que um nível entre outros: é ela que faz a transição entre narrar e explicar” (Ricoeur, 1983: 301).

Segundo Ricoeur, a teoria de White é de estilo, ela caracteriza as formas da trama (intriga). Os modos de composição da intriga são produtos de uma tradição escrita, fazendo um retorno assim da teoria de White ao tradicionalismo. O historiador codifica para um público, através das formas de uma herança cultural, e a codificação se dá pelos

efeitos esperados. É o que White denomina como tornar o não familiar em familiar, dando sentido ao discurso histórico. Dessa forma, para Ricoeur, o caráter dinâmico da intriga é restituído, mas a intriga não é um nível de aplicação das narrativas, é ela que faz a transição entre narrar e explicar. Em *La mémoire, l'histoire et l'oubli* (2000), Ricoeur diz que White usa uma poética que coloca como central a imaginação histórica, baseando-se na *linguistic turn*. White utiliza a imaginação histórica como a intriga (*emplotement*), que seria o modo por excelência da explicação. Mas, para Ricoeur, falta a Hayden White o "trabalho de reunificação do discurso histórico considerado na complexidade de suas fases operatórias" (Ricoeur, 2000: 328).

Ricoeur afirma que "White reorganiza a relação entre história e ficção" apresentando linhas que se distinguem de uma epistemologia que se assenta no problema da objetividade e da prova, como critérios para classificação de modos de discurso. Nesse sentido, Ricoeur considera que White estabelece por primeira vez os processos de composição da intriga na base da "estrutura narrativa da historiografia"². Teríamos então uma "poética do discurso histórico", na qual a primeira pressuposição é de que "*ficção e história pertencem à mesma classe quanto à estrutura narrativa*" (Ricoeur, 1983: 287), o que é ratificado pelo próprio White em seu artigo sobre *Temps et récit* (ver: White, 1990: 175).

Ricoeur acreditava que a leitura que White fez de *Temps et récit I* era interessante. Na visão do próprio Ricoeur, White havia lido a sua obra tomando como ponto de vista a tropologia, afirmando que "a relação mimética era fundamentalmente uma relação alegórica, e que esta sempre produz uma alegoria do real"³ (Wood, 1991: 185). Apesar

² Essa percepção de Ricoeur pode ser verificada, por exemplo, no artigo "O texto histórico como artefato literário", de White, apresentado no Colóquio de Literatura Comparada da Universidade de Yale, em 1974, publicado em *Trópicos do discurso*.

³ Todas as citações que fazem referência a Wood, na verdade, são trechos da fala de Ricoeur na mesa redonda na Universidade de Ottawa, no Canadá, na qual estiveram

de concordar com Hayden White ao afirmar que história e ficção possuem uma intersecção, Paul Ricoeur mantém sua estrutura de polarização entre as duas, uma vez que, para ele, fundamentar a relação mimética a partir da relação alegórica, faz com que a distinção entre história e literatura desapareça. É por causa dessa divisão entre história e ficção que Ricoeur vai insistir na noção de *dívida*, chegando a dizer em uma mesa-redonda na Universidade de Ottawa, em 1983, onde esteve com White, Carr e Taylor, que “a ideia de que estamos em dívida com relação ao passado é o que mais me preocupa. Nós não somos apenas herdeiros, somos igualmente devedores de uma dívida que de alguma forma nos torna insolventes” (Wood, 1991: 186).

Desta forma, para Ricoeur, não é apenas uma dívida, mas um dever de restituição, “o passado não é só o que está ausente da história, o direito de “ter sido” também exige ser reconhecido. Essa é a dívida do historiador com o passado” (*Ib.*). O tempo humano é uma construção frágil, “resultante da intersecção entre, por um lado, as ficções que nos fazem compreender as ações humanas e reconstruí-las em um universo imaginário e, por outro lado, as reconstruções da história colocadas sob o signo da dívida” (*Ib.*). Para Ricoeur, a dívida é com as vítimas da história, aquelas que foram esquecidas, massacradas e não com os vencedores, esses possuem uma história de triunfos. A ficção, na fronteira com a história, pode trazer à tona essa outra face da história, a história dos esquecidos, o “ter sido” se apresenta em uma forma potencial.

A memória não aparece apenas como uma matriz da história, mas como uma reapropriação do passado histórico, pois a memória já foi tanto instruída pela história, quanto ferida. Utilizando-se do pensamento de Aristóteles, Ricoeur resgata a ideia de uma imagem-

presentes Ricoeur, David Carr e Charles Taylor. A discussão foi publicada em WOOD, David (ed.). *On Paul Ricoeur. Narrative and Interpretation*. London and New York: Routledge, 1991, Capítulo 10 *Discussion. Ricoeur on narrative*, 160-187.

recordação, que está presente no espírito, algo que já não está lá, mas esteve. Nesse sentido ele reúne três traços paradoxais: a presença, a ausência e a anterioridade. São nesses traços que a memória deixa à história, Ricoeur afirma que

o passado está, por assim dizer, presente na imagem como signo da sua ausência, mas trata-se de uma ausência que, não estando mais, é tida como tendo estado. Esse “tendo estado” é o que a memória se esforça por reencontrar. Ela reivindica a sua fidelidade a esse “tendo estado” (Ricoeur, 2006: 22).

Em Aristóteles e Platão, Ricoeur busca a ideia de uma memória não apenas em termos de presença/ausência, mas também de lembrança, rememoração, *anamnesis*. Ao final da busca pela memória podemos falar em reconhecimento, pois mesmo que não esteja mais lá, “o passado é reconhecido como tendo estado” (*Ib.*). De acordo com Ricoeur, vai ser com a História Cultural que a memória se torna o objeto da História, desenvolvida na chamada História das Mentalidades e vai ser especialmente útil no caráter de autocrítica da memória. A memória é instruída “no ponto de interseção entre a história como trabalho literário e a leitura como meio de recepção privilegiado, no sentido de uma hermenêutica da recepção”, ou seja, “ela é instruída por esses dois processos, de escrita e de leitura” (25). A História é apenas um dos meios de representação do passado, a memória pode utilizar outros meios de expressão (outros tipos de escrita e modos de expressão não escrita)⁴.

⁴ Aqui Ricoeur refere-se como outros tipos de escrita os textos de ficção, adaptações ao teatro, ensaios, panfletos e como modos de expressão não escrito, ele refere-se a fotos, quadros e filmes.

Os cidadãos são aqueles que realmente fazem história, os historiadores apenas a dizem, entretanto eles não podem esquecer que são também cidadãos e responsáveis pelo que dizem, especialmente quanto trata as memórias feridas. Ricoeur afirma que “o do dever de fazer memória, como se diz; o dever de não esquecer (...) é, muitas vezes, uma reivindicação, de uma história criminosa, feita pelas vítimas; a sua derradeira justificação é esse apelo à justiça que devemos às vítimas” (27). Ricoeur une a noção de dever de memória, que para ele é uma noção moral, à noção de trabalho de memória e trabalho de luto, que são noções psicológicas que ele busca nas obras de Freud.

O esquecimento, que possui um lugar comum no âmbito tanto da memória, quanto da História, deriva do dever de memória, o dever de não esquecer. A noção de esquecimento tem uma conexão ativa com o processo de lembrar, reencontra as memórias perdidas. Retomando a psicanálise, Ricoeur vai ligar o esquecimento ao “nível de conflitos inconscientes”, bem como, vai afirmar que o homem esquece bem menos do que acredita. O lembrar é entendido como uma forma de trabalho de luto. De acordo com Ricoeur é “Graças ao trabalho de memória, completado pelo de luto, cada um de nós tem o dever de não esquecer mas de dizer o passado, por mais doloroso que seja, de um modo pacífico, sem cólera” (29). Ele acredita que todos os pesares se tornam suportáveis quando narrados ou transformados em história.

Por sua vez, em seu livro *The content of the form* (1990), White afirma que a obra de Paul Ricoeur pretende discutir as diferentes noções de narração e narrativa, apontando as principais teorias do discurso narrativo da época. Ele definia então a “narrativa história como uma espécie de alegoria da temporalidade, mas uma alegoria de tipo especial, uma alegoria da verdade” (White, 1990: 171). De acordo com White, Ricoeur não nega a autoridade cognitiva de outros tipos de

alegoria, mas outorga à narrativa a capacidade de representar ideias mais profundas a respeito da experiência humana da temporalidade. A narrativa histórica teria uma tarefa específica, ao tratar da representação da realidade que se apresenta à consciência humana, ela a torna compreensível. De acordo com White, ao unir *A Metáfora Viva e Tempo e Narrativa* teremos “uma teoria global da relação entre linguagem, discurso narrativo e temporalidade para avaliar o grau de verdade que há assinalado em qualquer representação do mundo na forma de uma narrativa” (*Ib.*).

White afirma que Ricoeur não anula a distinção entre ficção literária e a historiografia (como ele tem sido acusado de fazer), mas ele esfuma a linha que as divide, pois Ricoeur acredita que ambas pertencem à mesma categoria do discurso simbólico e compartilham um único referente último (175). Elas se diferenciariam quando se trata de seu referencial imediato, que, no caso da história, são os acontecimentos reais e, no caso da literatura, são os acontecimentos imaginários. Entretanto, na medida em que os dois relatos são dotados de intriga, seu referente último, que é a experiência humana do tempo (ou as estruturas da temporalidade), é o mesmo. Para White, tomando como base a teoria do discurso de Ricoeur, “podemos atribuir a fascinação atemporal do clássico da historiografia um conteúdo que compartilha com toda a expressão poética criada na modalidade de narrativa. Este conteúdo é alegórico: toda grande narrativa histórica é uma alegoria da temporalidade” (181). Assim, o problema que se apresenta para Ricoeur, na visão de White, tanto ao tratar do discurso histórico, quanto de sua interpretação, é o de considerá-los como uma falsa alegoria, pois, “[p]ara Ricoeur o significado da história está em seu aspecto dramático do esforço humano de dotar a vida de significado” (*Ib.*).

White acredita então que na teoria de Ricoeur as narrativas históricas constituem verdadeiras alegorias. Ao tratarem dos fatos da

existência humana elas são apresentadas em seu aspecto temporal, assim como, sugerem simbolicamente que as experiências humanas do tempo são de natureza trágica. A alegoria constituída por Ricoeur pretende “resgatar a dimensão moral da consciência histórica da falácia de um falso literalismo e dos perigos de uma falsa objetividade” (183). Segundo o historiador americano:

Na opinião de Ricoeur, cada discurso histórico digno desse nome não é apenas uma apresentação literal do passado e uma figuração da temporalidade, mas, além disso, é uma representação literal do conteúdo de um drama atemporal, o da humanidade enfrentando a “experiência temporal”. Por sua vez, este conteúdo nada mais é que o significado moral da aspiração da humanidade à redenção da própria história (...) Ao afirmar (ou sugerir) que o pensamento histórico é alegórico, mas não apenas isso, ele diz, que existe uma referencialidade secundária em sua dimensão figurativa de uma realidade que está além da própria história, escapando do perigo que enfrenta a reflexão filosófica quando se vê diante de um mostra de discurso simbólico, o perigo de uma interpretação meramente alegórica (*Ib.*).

No texto *Teoria literária e escrita da história* (1994), ao retomar as ideias do filósofo francês, White reforça seu entendimento anterior e expressa que “Ricoeur afirmou que um texto historiográfico se relaciona com seu referente da mesma maneira como o veículo de uma metáfora relaciona-se com seu conteúdo” (White 1994: 28). Isso quer dizer que um texto histórico é uma metáfora ampliada, o que de acordo com White é a tradicional definição de alegoria. Assim, como uma metáfora ampliada, o discurso histórico pertence à ordem da fala figurativa. White acredita que *Temps et récit* é a “tentativa mais

abrangente de sintetizar o pensamento ocidental moderno sobre a história” (White 1992b: 39). Essa obra de Ricoeur seria uma metafísica da narrativa, que defenderia não apenas a representação histórica, mas a representação das estruturas temporais fundamentais.

3. A escrita da história e a representação do passado

Leal (2015) também acentua a questão da narrativa e a escrita da História, ao afirmar que em Ricoeur a história se constitui como a chave necessária para a construção da temporalidade humana. O tempo narrativo é formado por componentes cosmológicos e configurados (mimese II), as ações humanas são usadas para reconstruir a experiência humana no tempo. De acordo com Mendes (2015), em Ricoeur, a narrativa possui vínculo com o real, pois a linguagem estaria situada no fundamento do conhecimento histórico, desta maneira a narrativa teria uma inteligibilidade própria. Segundo Mendes, mesmo que permeada pela subjetividade “a história possui um certo tipo de objetividade. Embora não chegue a uma verdade nua, crua e imutável, o saber histórico pode atingir uma verdade no âmbito da probabilidade, o que impulsiona a história a ser constantemente reescrita” (Mendes, 2015: 104).

Com a inserção da ficcionalidade na escrita da história e sua teoria tropológica, tem se afirmado que White se situa na fase final do estruturalismo (Pereira, 2017). A ficcionalidade aparece, nos escritos de White, principalmente relacionada à questão da linguagem, como um momento no qual as figuras de linguagem se tornaram essenciais para qualquer discurso sobre o passado. Para Pereira, a hipótese de White seria, na intersecção entre ficção e história, a possibilidade de “identificar [que] os textos poéticos como os de história têm como eixo a identidade linguística entre ambos [história e ficção]” (95), isso porque ambos apresentam uma imagem verbal da realidade e se definem por sua coerência interna. White considera a história como

ficção do fato, o que significa dizer que enquanto disciplina a história pode buscar novos significados nos fatos, através de formulações de ordem linguística, as ideias e as figurações são reorganizadas de acordo com sua época. De acordo com Pereira, “isso não autoriza a produção da história sem o recurso às fontes, afinal isso reduziria sua operação apenas ao estágio da trama, e não existe trama sem fábula” (105). Pereira defende a análise de White e observa que com os modos de relacionar os eventos na linguagem dos historiadores, o historiador americano buscou atender o que contaria para a pesquisa e para o argumento utilizado pelo historiador, percebendo o que faz parte e o que não faz parte do campo histórico. Afinal, White não é contra a pesquisa baseada em documentos e crê que “diferentes modos figurativos produzem significados diferentes sobre o mesmo conjunto de eventos” (*Ib.*). Na teoria de White, é “possível considerar a história como ficção do fato na medida em que isso signifique observá-la como *hipótese coerente e com sentido sobre o seu tema (o passado)*” (Pereira 2017: 105).

Uma diferença expressiva entre os autores está na concepção da relação entre escrita e investigação histórica. Para White, o discurso histórico está separado da investigação histórica, já para Ricoeur ambos são inseparáveis, pois não há como considerar a fase documental sem levar em conta a escrita da história (Ricoeur, 2000). Apesar dessa diferença, eles acreditam que é por meio da narrativa que é possível articular uma totalidade e convertê-la em história. A intriga introduz uma inovação semântica ao articular uma nova congruência ao texto, ela dá significado aos fatos históricos incorporados ao relato.

Para Rizzo (2009), a questão narrativa em White foi tratada de maneira original por estabelecer uma forma de escrita do discurso histórico, um vez que não é possível fazer uma diferenciação ontológica entre história e filosofia da história, pois ambas possuiriam a mesma

base, a argumentação e a explicação. Assim, em suas análises, White engloba tanto escritos da história, quanto da filosofia da história. Em ambos os casos, a veracidade da história não é prejudicada pelo elemento estético (teoria dos tropos), pois o historiador depois da pesquisa transforma a cronologia em história. A Meta-História de White se fundamenta em uma asserção básica, na diferença entre ciência e história, porque na última não existe uma concordância a respeito de leis de causação social, o que refletiria o seu caráter proto-científico. Por não haver um consenso sobre se a história deve se basear em pressupostos diferentes, meta-históricos, com respeito à natureza do campo histórico, assume-me, então, que existem diferentes tipos de explicação historiográfica. Os elementos meta-históricos utilizados na escolha e na organização dos eventos são os elementos metafísicos que estariam “incorporados na narrativa histórica”, formando uma espécie de leis da história, não havendo uma univocidade narrativa, mas sim diferentes formas de explicações causais que combinam aos aspectos dos eventos narrados (Rizzo, 2009: 72).

White tem uma preocupação maior com o sentido histórico, do que com a verdade histórica (Marquez, 2008), diferentemente de Ricoeur, como veremos abaixo. Isso significa pensar em como o passado é inserido na vida das pessoas e como ele integra a vida de cada um. Nesse sentido, as interpretações do passado exigem como pressuposto que “toda interpretação do passado é construída em determinado presente, impossibilitando o historiador de se isentar do seu presente para chegar sem imparcialidade ao passado de alguém nos termos desse alguém” (Assis, 2012: 134). A teoria estética usada pelo historiador em suas narrativas sobre o passado deve transformá-lo em sentido histórico. O historiador cria seu tema, tomando como ponto de partida os dados das fontes históricas. Ele então predetermina as estratégias conceituais que utilizara para explicar seu tema. Para Marquez (2008), a teoria de White dos tropos (que é

retórica) é da análise da consciência discursiva e transforma os eventos em fatos do discurso no momento em que acontece a descrição dos referentes iniciais, no instante no qual ocorre a relação dos fatos, constituídos no nível descritivo, com o nível narrativo/argumentativo. Assim, a tropologia seria a compreensão teórica do discurso, na qual “os diferentes tipos de tropos da linguagem (metáfora, metonímia, sinédoque e ironia) transformam os referentes extralinguísticos em fatos” (Marquez, 2008: 49), estabelecendo diferentes conexões. Desta forma, os tropos desempenham uma função geral do signo da realidade, gerando, por consequência, que a realidade pode ser mais imaginada do que diretamente percebida, o que implica a impossibilidade de seu conhecimento empírico. O efeito explicativo que a narrativa histórica possui, ou o seu sentido histórico, é produzido na criação das histórias a partir das crônicas históricas. A história se torna assim um processo criativo, muito mais ligado à literatura do que a ciência.

No caso de Ricoeur, Dosse (2017) afirma que a sua originalidade sobre a escrita da História foi demonstrar que o discurso histórico pertence à classe das narrativas, o que o coloca em proximidade com a ficção. A história narrativa “pretende ser sobretudo um discurso sobre a verdade, um discurso de representação de algo real, de um referente passado” (Dosse, 2017: 75). Ricoeur conseguiu expor até que ponto se situa a tensão entre objetividade e subjetividade do historiador: “a prática historiadora é uma prática em tensão constante entre uma objetividade para sempre incompleta e a subjetividade de um olhar metódico que deve desprender-se de uma parte de si mesmo clivando-se numa boa subjetividade”, isto é, “o eu investigador” (77). Desta forma, o historiador ocupa uma dupla posição, “está ao mesmo tempo em posição de exterioridade em relação ao seu objeto, em razão da distância temporal que dele o afasta, e em situação de interioridade em virtude da intencionalidade de conhecimento” (*Ib.*).

O historiador, quanto ao seu objeto de análise, expõe em diversos níveis sua subjetividade, no ato da escolha do próprio objeto, na seleção feita dos objetos, na organização desses objetos, isto é, a subjetividade do historiador intervém ao longo de toda a prática historiográfica. A objetividade não se torna desnecessária por causa da presença da subjetividade, pelo contrário, ela é necessária pela sua dimensão ética. O historiador tem um contrato com o passado, que se funda em sua necessidade de veracidade. Para Dosse, no que diz respeito à narrativa e à escrita da História, White vai ainda mais longe que Ricoeur, ao construir uma poética da história e pressupor que “o registro do historiador não é fundamentalmente diferente do da ficção no que se refere a estrutura narrativa” (88). White coloca a transição entre narrativa e argumentação naquilo que ele chama de formação de enredo, e, nesse sentido, “a história seria, portanto, em primeiro lugar, escrita, artifício literário” (*Ib.*).

A história, no sentido atribuído por White, deve tomar a narrativa como elemento ineludível do trabalho do historiador (Bebiano, 2018). White considerava que por conta da vinculação a processos, métodos e fontes convencionais, estáticas e ensimesmadas do fazer e do discurso, os historiadores eram excessivamente observadores, presos a uma historiografia restritiva tanto à imaginação, quanto ao pensamento e a escrita. Ao reconhecer o discurso histórico como uma arte, White reequaciona “os conceitos de realidade e de verdade em história” (43). Além das especialidades e temas, o que “deve diferenciar os historiadores é a forma como cada um deles vê, ou lê, os documentos, e como transforma aquilo que apreendeu numa narrativa textual ou visual com características próprias” (44). Na teoria de White, a interpretação tem um papel central, o problema para ele são os modos que a narrativa toma. De acordo com Bebiano, White distingue dois tempos, “o primeiro assumindo uma *interpretação* do fragmento do passado que pode ser conhecido, enquanto o segundo

define uma *representação*, em termos de linguagem, dessa interpretação" (*Ib.*).

A representação do passado será, então, sempre uma forma do imaginário poético, que seria materializado na narrativa do historiador por meio da linguagem. Nesse sentido, a criação historiográfica é uma operação literária, produtora de ficção. O historiador executaria um ato essencialmente poético. A verdade é, para White, "assumidamente mediada pela estrutura narrativa, e de modo algum associada apenas a uma representação empírica, supostamente absoluta e inequívoca, dos factos, como ingenuamente creem os defensores do conhecimento objetivo aplicado à história" (47). As fontes são tratadas como um elemento importante na construção da narrativa:

Ao mesmo tempo, o historiador, se desenvolve o trabalho de escrita baseado em evidências que encontra no decurso do exame das fontes legadas pelas gerações que o precederam, procede à análise documental a partir de problemas e conjeturas situadas no presente, procedendo a uma inevitável recriação. As "evidências" nada mais são assim do que a leitura do especialista quando este examina e interpreta o documento. E o acontecimento, o evento em história, desaparece como dado transparente que se oferece por inteiro, ou na sua essência, representando antes algo que se insere numa intriga, numa trama feita e refeita pelo historiador. A narrativa do passado não é, no presente, senão a construção que o historiador concebe no momento em que se propõe representá-lo (48).

White acredita que os documentos históricos são opacos e o mundo onde foram produzidos já não é acessível. Nesse sentido, as produções narrativas de certa forma ampliam essa opacidade, cada

novo texto produzido aumenta o número de possíveis conhecimentos sobre determinado acontecimento. A narrativa não é apenas um modo de explicação, é uma forma de simbolização dos eventos. Ao caracterizar o processo de historicização do passado, ele atribui à noção dos eventos reais uma diferenciação interna. Para White, os eventos reais estão constituídos na diferença entre real e imaginário, ambos pertencentes a ordem dos eventos e do discurso, com isso ele tenta demonstrar que o historiador não possui acesso privilegiado ao passado e que isso não significa diminuir o valor da história. Antes busca demonstrar que os historiadores possuem uma dimensão de possibilidades e de criatividade, pois ao reconhecer que o saber histórico é híbrido, combinando ficção e facticidade.

Uma outra diferença entre White e Ricoeur diz respeito à “representância”, que nas obras deste último é a salvaguarda da fronteira entre história e ficção, bem como garante que a história se dirige ao campo do real, tendo como seu objetivo dizer a verdade. Segundo Barash (Barash, 2016: 199), “a capacidade da *“représentance”* de tomar o lugar de eventos passados e de atestar a sua realidade” vai legitimar o discurso histórico. Para Ricoeur (Ricoeur, 1985: 183), a representância (ou locotenência) refere-se “as relações entre as construções da história e seu contraponto, ou seja, um passado simultaneamente abolido e preservado em seus vestígios”. Ao propor colocar o conceito de “passado real” à prova, utilizando o *Sofista* de Platão, com as categorias de o Mesmo, o Outro, o Análogo, Ricoeur foi instigado pelo paradoxo da representância. O que ele propõe é problematizar o conceito de realidade do passado. Ricoeur orienta seu estudo a partir da convergência entre a função de representância, que é exercida pelo conhecimento histórico referente ao passado real, e a “função de significância de que se reveste a narrativa de ficção, quando a leitura relaciona o mundo do texto com o mundo do leitor” (252).

Segundo Ricoeur, “a questão da representância do passado real pelo conhecimento histórico nasce da simples pergunta: que significa o termo “real” aplicado ao passado histórico? Que queremos dizer quando dizemos que algo “realmente” aconteceu?” (*Ib.*). É o caráter da consulta aos documentos que vai marcar esse passado real. Além disso, o recurso dos documentos vai marcar uma divisão da história com a ficção, pois, segundo Ricoeur, “diferentemente do romance, as construções do historiador visam a ser reconstruções do passado”. Ele vai além e afirma que “o vestígio, na medida em que é deixado pelo passado, vale por ele: exerce a seu respeito uma função de locotenência, de representância” (Ricoeur, 1985: 253–254). Ele ainda caracteriza a problemática da representância como concernente ao pensamento da história mais do que ao conhecimento histórico, com as principais questões se referindo ao valor mimético do vestígio, bem como a dívida para com o passado, de reconhecimento para com os mortos, que o historiador tem.

Para pensar esses questionamentos, Ricoeur utiliza as três categorias anteriormente citadas: o Mesmo, o Outro, o Análogo. O Mesmo refere-se à teoria de Collingwood sobre a “reefetuação” do passado no presente. O Outro refere-se à ontologia negativa do passado, na qual o autor traz três posições, a de Dilthey sobre a compreensão do outro, a de Paul Veyne sobre a alteridade e a diferença e, por fim, a de Michel de Certeau sobre a diferença. O Análogo, por fim, refere-se a abordagem tropológica, na qual Ricoeur utiliza a teoria dos tropos de Hayden White. Seria no Análogo que as outras duas categorias seriam conjugadas, pois sozinhas não conseguem resolver a dialética da representância.

Segundo Barash (Barash, 2016: 201), ao explicar essas três atitudes fundamentais (o Mesmo, o Outro, o Análogo), Ricoeur busca ultrapassar as limitações apresentadas pelas três. “[O] modo analógico do historiador de compreender” corresponde à multiplicidade

heterogênea das possíveis histórias que podem ser extraídas do passado. Ricoeur aceita a ideia de que o historiador quando dá forma ao passado narrativo o considera “como se” tivesse existido realmente, e tenta restaurar espessura à analogia, para sustentar a pretensão da representância. É por meio da análise crítica da evidência documental que se pode descobrir o sentido do passado.

4. Considerações finais

White e Ricoeur refletiram sobre a mesma problemática, assim, “era claro que a problematização do trabalho de narrar, o “*mettre en intrigue*” (Ricoeur), ia ao encontro do seu “*emplotment*” (White), convergindo na forma como se entendia o caráter metafórico das narrativas” e, além disso, ambos criticavam “uma História que mantinha a quimera da pura objetividade” (Lisboa, 2018: 99). Nesse sentido, a obra dos autores se insere nas discussões sobre a natureza do conhecimento histórico.

Podemos dizer que Ricoeur e White participam do debate sobre a narrativa como epistemologia das Ciências Humanas, em específico, sobre o uso do discurso histórico, em um momento que se indagava sobre a escrita da história, tendo como plano de fundo um contexto de crise de teorias historiográficas, que balizavam o trabalho do historiador (Revel, 1995). As análises dos autores são, também, sobre a semântica das práticas sociais, que demandam por compreensão. No caso de Ricoeur, isso é muito mais explícito quando temos em conta a hermenêutica, que configura o estudo das ações humanas como textos. Ao aproximar a Filosofia e a História, Ricoeur e White tornam possível a inclusão de novas tradições à discussão. Sem deixar de lado a operação historiográfica, incidindo sobre a operação que o historiador realiza ao constituir sentido à narrativa histórica, tanto Ricoeur, quanto White, problematizam essa narrativa especificamente produzida pelos historiadores, partindo da tensão que existe entre a fase da escrita e

as outras dimensões, que envolvem a pesquisa e a regulação metodológica.

Os autores refletem em suas obras o debate sobre o fundamento existencial da historiografia. A complexidade das questões sobre a natureza do conhecimento histórico torna impossível respostas simples e a discussão não se restringe mais ao plano da epistemologia da história. Considerações éticas e ontológicas sobre a condição histórica dos seres humanos são mais incisivas e ganham uma dimensão maior. O modo como o presente se insere nas discussões sobre a consciência histórica moderna incluem novos questionamentos. Tanto em Ricoeur, quanto em White, o historiador possui um “dever” para com a memória e com os horrores do passado. Desse modo, a história oscila entre discursos possíveis e circunstâncias que impõem suas necessidades e o historiador tem responsabilidade com o seu presente e com o seu futuro possível.

Referências

Assis, G. L. de (2012). Hayden White entre a história e a literatura. *Albuquerque. Revista de História*, 4(8): 131–151. Disponível em: <http://www.seer.ufms.br/index.php/AlbRHis/article/view/4015>

(Acesso em: 05 nov. 2018)

Barash, J. A. (2016). Paul Ricoeur e a questão concernente à realidade do passado histórico. Em Wu, R., Nascimento, C. R do (eds.), *Pensar Ricoeur: vida e narração*. Porto Alegre: Clarinete, 191–222.

Barros, J. D’A. (2011). Paul Ricoeur e a Narrativa Histórica. *História, imagens e narrativas*, 12: 1–26.

Bebiano, R. (2018). Hayden White e o problema da narrativa. *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, 6: 41–50. Disponível em:

<http://www.praticasdahistoria.pt/pt/numeros/praticas-da-historia-no-6-2018/hayden-white-e-o-problema-da-narrativa/> (Acesso em: 10 jan. 2019).

Dosse, F. (2017). *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: Editora UNESP.

Furet, F. (1986). *A oficina da história*. Lisboa: Gradiva.

Leal, I. A. (2015). Saber histórico e mímese em Paul Ricoeur. *Revista Expedições: Teoria & Historiografia*, 6(2), 274–293. Disponível em: https://www.revista.ueg.br/index.php/revista_geth/article/view/3449 (Acesso em: 21 nov. 2018).

Lisboa, J. L. (2018). Hayden White, Ricoeur e os desafios morais da história. *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, 6, 98-104. Disponível em: <http://www.praticasdahistoria.pt/pt/numeros/praticas-da-historia-no-6-2018/hayden-white-ricoeur-e-os-desafios-morais-da-historia/> (Acesso em: 10 jan. 2019).

Marcelino, D. A. (2012). A narrativa história entre a vida e o texto: apontamentos sobre um amplo debate. *Topoi*, 13(25): 130–146. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v13n25/1518-3319-topoi-13-25-00130.pdf> (Acesso em: 22 de fev. 2018).

Marquez, R. O. (2008). *Teoria da História: Hayden White e seus críticos*. Dissertação (Mestrado em História), Brasília: Universidade de Brasília. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/7679> (Acesso em: 01 maio 2017).

Mendes, B. (2015). A representância do passado histórico em Paul Ricoeur: linguagem, narrativa, verdade. *História da Historiografia*, 19: 88–106. Disponível em: <https://historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/912> (Acesso em: 02 abril 2018).

Pereira, H. C (2017). O conceito de ficção em Hayden White e sua validade para os debates em história e literatura. *Humanidades em*

- diálogo*, 8: 93–107. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/humanidades/article/view/140540/135520> (Acesso em: 22 jan. 2019).
- Nascimento, C. R. Narração como meta-gênero. *Dissertatio*, 8, 2018, 16-30. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/dissertatio/article/view/14576/8922> (Acessado em: 23 setembro 2019).
- Pereira, M. B. (1993). Narração e transcendência. *Humanitas*, XLV: 393–476.
- Revel, J. (1995). Ressources narratives et connaissance historique. *Enquête*, 1: 1–20; disponível em: <http://journals.openedition.org/enquete/262> (Acesso em: 20 abril 2019).
- Ricoeur, P. (1983). *Temps et récit. 1. L'intrigue et le récit historique*. Paris: Seuil.
- Ricoeur, P. (1984). *Temps et récit. 2. La configuration dans le récit de fiction*. Paris: Seuil.
- Ricoeur, P. (1985). *Temps et récit. 3. Le temps raconté*. Paris: Seuil.
- Ricoeur, P. (2000). *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Seuil.
- Ricoeur, P. (2012). Entre tempo e narrativa: concordância/discordância. *Kriterion*, 125: 299–310; disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/kr/v53n125/15.pdf> (Acesso em: 13 out. 2013).
- Ricoeur, P. (2010). *Escritos e Conferências I: em torno da psicanálise*. São Paulo: Edições Loyola.
- Ricoeur, P. (1981). L'histoire comme récit et comme pratique. *Esprit*, 54(6): 155–165.
- Ricoeur, P. (2006). Mémoire, histoire, oubli. *Esprit*, 3: 20–29; disponível em: <https://doi.org/10.3917/espri.0603.0020> (Acesso em: 27 set. 2019).

Rizzo, M. A. P. (2009). A história de Meta-história: um estudo sobre a teoria da história de Hayden White. Dissertação (Mestrado em História), Goiânia: Universidade Federal de Goiás. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/2295> (Acesso em: 20 jan. 2019).

Sheinbaum, M. I. (2015). Paul Ricoeur y Hayden White: una mirada hacia la comprensión de la narración en la Historia. *La Razón Histórica*, 29: 27–33. Disponível em: <https://www.revistalarazonhistorica.com/29-2/> (Acesso em: 02 abril 2018).

Stone, L. (1979). The Revival of Narrative. Reflections on a new old history. *The Past and Present Society*, 85: 3–24.

White, H. (1990). *The content of the form*. London: Johns Hopkins.

White, H. (1992b). *Meta-História: A imaginação Histórica do século XIX*. São Paulo: Editora USP.

White, H. (1994). Teoria literária e escrita da história. *Revista Estudos Históricos*, 7(13): 23–48; disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1978/74386> (Acesso em: 02 abril 2018).

White, H. (2006). Enredo e verdade na escrita da história. Em Malerba, J. (ed.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 191–210.

White, H. (2011). A questão da narrativa na teoria histórica contemporânea. Em Novais, F. A., Silva, R. F. da. (eds.), *Nova história em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 439–483.

White, H. (2014). *Trópicos do discurso. Ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Editora USP.

Wood, D. (1991). *On Paul Ricoeur: narrative and interpretation*. London: Routledge.